

UNIR MUNDOS: A LUTA DAS MULHERES SAHARAUIS CONTRA O COLONIALISMO E O PATRIARCADO NOS CAMPOS DE REFUGIADOS E NA DIÁSPORA ESPANHOLA

CAROLINA ANJOS

caffs2@iscte-iul.pt

Aluna de Doutoramento em Estudos Internacionais no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa (Portugal). Tem um mestrado em Estudos Internacionais e uma licenciatura em Ciência Política, no domínio das Políticas Públicas. (ISCTE-IUL). <https://orcid.org/0009-0009-8078-8224>

Resumo

Este artigo procura compreender os diversos papéis das mulheres Saharauis nos campos de refugiados, na Argélia e na diáspora espanhola, relacionados com os esforços de resistência das mulheres contra o Colonialismo e o Patriarcado. Com base na literatura académica e em fontes primárias, este artigo discute o papel histórico das mulheres Saharauis, tanto na sobrevivência do povo como no movimento de resistência. Surge um debate entre as perspetivas das mulheres Saharauis nos campos e as da diáspora espanhola, que apresentam, grosso modo, diferentes pontos de vista sobre a emancipação e os direitos das mulheres. Através de um quadro de Feminismo Decolonial, examino as diferenças entre o quotidiano das mulheres nos campos, que têm de se concentrar na sobrevivência, na educação e na saúde, e o das mulheres em Espanha, que apresentam uma perceção distinta das questões a partir da sua perspetiva externa. De um modo geral, o artigo defende o reconhecimento e a amplificação das vozes das mulheres Saharauis, sublinhando o seu papel crucial na busca da libertação da opressão colonial e patriarcal. Por fim, apela a um maior enfoque na ocupação do Sahara Ocidental e na libertação do povo Saharai.

Palavras-chave

Emancipação, Libertação, Resistência, Sahara Ocidental, Mulheres.

Abstract

This article seeks to understand the diverse roles of Sahrawi women in the refugee camps, in Algeria, and in the Spanish diaspora, relating to women's resistance efforts against Colonialism and Patriarchy. Drawing from academic literature and primary sources, this article discusses the historical role of women in the Sahrawi society, both in the survival of the people and within the resistance movement. A debate emerges between the perspectives of the Sahrawi women in the camps and those in the Spanish diaspora, which roughly present different standpoints on women's emancipation and rights. Through a Decolonial Feminism framework, I examine the differences between the day-to-day lives of the women in the camps, who must focus on survival, education, and health, and those in Spain, who present a distinct lens of issues from their outside perspective. Overall, the article advocates for the recognition and amplification of Sahrawi women's voices, emphasising their crucial role in the pursuit of liberation from both Colonial and Patriarchal oppression. Lastly, it calls for a greater focus on the occupation of Western Sahara and the liberation of the Sahrawi people.



Keywords

Emancipation, Liberation, Resistance, Western Sahara, Women.

Como citar este artigo

Anjos, Carolina (2025). *Unir Mundos: A Luta das Mulheres Saharais Contra o Colonialismo e o Patriarcado nos Campos de Refugiados e na Diáspora Espanhola*. *Janus.net, e-journal of international relations*. VOL. 16, Nº. 1. Maio-Outubro 2025, pp. 394-413. DOI <https://doi.org/10.26619/1647-7251.16.1.18>.

Artigo submetido em 22 de maio de 2024 e aceite para publicação em 10 de março de 2025.





UNIR MUNDOS: A LUTA DAS MULHERES SAHARAUIS CONTRA O COLONIALISMO E O PATRIARCADO NOS CAMPOS DE REFUGIADOS E NA DIÁSPORA ESPANHOLA

CAROLINA FERNANDES

Introdução

O debate em torno da emancipação das mulheres Saharais no seio da sua sociedade não é recente. Alguns académicos (Juliano, 1998; Zunes & Mundy, 2010) entendem a sociedade como matriarcal e defensora dos direitos das mulheres. No entanto, como será discutido neste artigo, esta perspetiva ignora as vozes e os entendimentos de muitas mulheres Saharais. Este artigo aborda estas perspetivas contraditórias, centrando-se nas dinâmicas de poder, na resistência, na emancipação e na autodeterminação. Esta investigação desafia as narrativas convencionais que ignoram a autonomia e a resistência das mulheres Saharais, dando prioridade às suas vozes e perspetivas. Centrar as vozes das mulheres Saharais não só enriquece os debates académicos como também desafia o domínio de perspetivas externas na produção de conhecimento.

O interesse em torno deste foco de investigação surgiu quando conheci cinco crianças dos campos de refugiados na Argélia, que tinham vindo para a Europa em 2019 ao abrigo do programa *Vacaciones en Paz*¹. Fiquei a conhecer a luta do povo Saharaui através das conversas que tive com estas crianças e com o seu acompanhante. Estas conversas, aliadas a um interesse anterior pelas lutas de libertação e pela emancipação das mulheres, abriram caminho para o desenvolvimento de um interesse académico em torno do papel e das perspetivas das mulheres Saharais sobre a Colonização e as violações dos direitos humanos, juntamente com o sistema Patriarcal de opressão. Procurando adotar uma abordagem feminista e decolonial dos problemas que surgem do estudo da literatura, bem como das conversas com as mulheres Saharais, ouvi as várias intervenções das mulheres entrevistadas sobre o papel histórico das mulheres Saharais na luta e sobrevivência do seu povo.

Por esta razão, neste artigo, criei uma conversa entre dois grupos de mulheres Saharais: as que vivem nos campos de refugiados argelinos e as que residem em Espanha, como parte da diáspora. É neste contexto que surge a questão de investigação

¹ *Vacaciones en Paz* é um programa tornado oficial nos anos 80 para acolher crianças Saharais por famílias de diferentes países – geralmente Espanha, neste caso, Itália – durante os meses de julho e agosto.



a que pretendo responder neste artigo: Quais são as percepções atuais das mulheres Saharais nos campos de refugiados e na diáspora espanhola sobre os direitos e a emancipação das mulheres? Para responder a esta pergunta, foi criado um diálogo entre a literatura existente sobre cada grupo e a minha própria investigação anterior². Entrevistei um total de nove mulheres – cinco vivem nos campos de refugiados³ e quatro a viver em Espanha. Contactei estas mulheres através de uma abordagem de amostragem em bola de neve ou diretamente através de organizações. Depois de estabelecer o contacto inicial, realizei entrevistas *online*, onde foram discutidos os temas explorados neste artigo. Consequentemente, analisei a informação fornecida por estas entrevistas através de Análise Temática Reflexiva. Assim, procuro compreender as diferentes perspetivas que estas mulheres apresentam relativamente ao seu estatuto na sociedade Saharai e as suas críticas sobre o que consideram ser a falta de direitos das mulheres. Desta forma, pretendo realçar a importância de centrar as perspetivas e os entendimentos das mulheres Saharais, em vez de retratar uma contribuição académica ocidental centrada principalmente nas interpretações de académicos ocidentais.

Posicionamento: uma contribuição Decolonial

Antes de prosseguir, devo começar por reconhecer a minha posição no quadro académico e social. Sou uma mulher branca da classe média, na casa dos 20 anos, nascida e criada em Portugal – um país onde a história é maioritariamente ensinada através de uma lente Ocidental e Eurocêntrica. Este contexto molda inevitavelmente a minha perspetiva, exigindo um esforço consciente para me envolver criticamente com histórias e narrativas que foram ativamente suprimidas pelas estruturas Coloniais. A sociedade portuguesa continua a debater-se com o reconhecimento das cicatrizes profundas e duradouras do Colonialismo. Como resultado, as desigualdades sistémicas – enraizadas na classe, raça, etnia e sexualidade – persistem, muitas vezes não reconhecidas por aqueles que não são diretamente afetados ou estão ativamente envolvidos nestas questões.

Por esta razão, a par das preocupações Decoloniais e Pós-coloniais sobre as questões inerentes ao Feminismo Branco, é fundamental uma reflexão sobre este enquadramento. Françoise Vergès e Ashley J. Bohrer (2019) entendem que os países Ocidentais tendem a reprimir a sua história Colonial e os abusos que levaram a cabo em primeira mão sobre os povos no exterior. Estes países procuram enfraquecer os laços entre a escravatura, o Colonialismo e o Imperialismo, para preservar o seu sentimento de inocência. Da mesma forma, o Feminismo Branco usa a opressão das mulheres pelos homens para se distanciar do legado racista do mundo Ocidental e, assim, ignorar as várias questões que constituem formas de opressão, simplificando-as.

Por este motivo, e tendo em conta as minhas raízes, considero imperativo assumir uma perspetiva Decolonial, de modo a impedir a replicação de questões como esta. O Feminismo Decolonial foca-se no fortalecimento dos laços entre os aliados do Norte Global e as lutas das mulheres do Sul Global, enfatizando a necessidade de romper com o Capitalismo e o Patriarcado (Vergès & Bohrer, 2019). É aqui que a minha investigação

² Investigação realizada no âmbito da minha dissertação de mestrado: Fernandes, C. A. (2023). *Sahrawi Women's Resistance in the Refugee Camps and in the Spanish Diaspora*.

³ Quatro delas foram entrevistadas com a ajuda de uma tradutora.



se torna relevante, para contribuir para a amplificação das narrativas das mulheres Saharais nos seus próprios termos, num país onde pouca discussão sobre a resistência do Sahara Ocidental é cultivada.

Para discutir a resistência de um povo do Sul Global, é necessário fazer a ponte entre as lutas anti-Racista, anti-Capitalista e anti-Colonial, de modo a aprofundar as teorias sobre libertação e emancipação. Além disso, para discutir a resistência de um povo de um país Islâmico, é também fundamental compreender que, com a queda do Muro de Berlim, o trabalho de emancipação do Movimento Feminista *mainstream* – a crítica ao autoritarismo religioso, a análise da dominação heteropatriarcal das mulheres e as ligações entre Capital, Estado e Sexismo – foi reduzido ao Secularismo e a criticismo sobre o Islão (Vergès & Bohrer, 2019). É neste sentido que se deve contemplar o Feminismo Ocidental Civilizador como inerentemente racista e centrado no Ocidente. Um feminismo que considera os valores e culturas de fora como opressivos, e desvaloriza as lutas do movimento feminista na década de 1970: a luta feminista na Europa tornou-se uma ideologia neoliberal (Vergès & Bohrer, 2019).

O papel histórico das mulheres Saharais

Ancestralidade nómada

O povo Saharai é intrinsecamente nómada, de origem Berbere, descendente de viajantes Iemenitas. Os Berberes Sanhaja chegaram ao que hoje conhecemos como Sahara Ocidental cerca de 500 A.E.C. (Suarez, 2016). A língua falada desenvolveu-se ao longo dos séculos e mantém-se viva atualmente graças aos esforços das mulheres Saharais (Sadiqi, 2008). A sociedade segue as normas familiares patrilineares e a hierarquia de género, colocando as mulheres como dependentes e inferiores aos homens (Sadiqi, 2008). A nível político, a sociedade que antecedeu o período de colonização caracterizava-se por aquilo que Segato (2011, in Medina Martín, 2016) conceptualizou como “patriarcado de baixa intensidade”, pois as decisões políticas eram discutidas com as mulheres antes de serem postas em prática, uma vez que a sua participação era considerada fundamental para a tomada de decisões.

Colonialismo Espanhol

A Colonização Espanhola, iniciada em 1884, instigou a mudança nas dinâmicas de género existentes (López Tessore & Maiolino, 2022). A opressão e a supressão da cultura Saharai endureceram até 1940, quando os colonos se concentraram em enfraquecer a cultura nómada do povo Saharai (Medina Martín, 2016). O projeto de provincialização levado a cabo por Espanha após a Guerra Civil (1936-1939) previa lançar as bases da assimilação da sociedade colonizada, construindo uma relação ambivalente com esta. Ambivalente porque as políticas em jogo serviam para a negação e para a identificação com o sujeito colonizado, num estado de nem uma coisa nem outra (Tirado, 2024). Espanha definiu a região do Sahara Ocidental tendo em conta as suas práticas Beduínas, a língua Hassanyia e a religião islâmica, para a distinguir da metrópole (Tirado, 2024).

De 1964 a 1975, a exploração do fosfato aumentou, juntamente com esforços de colonização mais fortes no sentido do enfraquecimento da cultura nativa (Rodríguez &



Barrado, 2015 in Medina Martín, 2016). Os colonizadores opuseram-se fortemente às dinâmicas de género em vigor nesta região (Medina Martín, 2016). Acreditavam que as mulheres Saharauis estavam numa posição perigosa para o reforço do poder dos homens na sociedade, nomeadamente através da sua certa independência e do direito ao divórcio (Medina Martín, 2016). Em 1964, a Falange Espanhola levou a “Secção das Mulheres” para o Sahara Ocidental, na esperança de alterar as dinâmicas de género estabelecidas – aquilo a que Medina Martín (2016, p.258) se refere como “colonialismo de género”, um conceito desenvolvido por María Lugones⁴. Assim, as forças colonizadoras procuraram criar uma mudança nos papéis tradicionais de género, procurando aproximá-los de padrões ocidentalizados (Allan 2016). As mudanças ocorridas neste período levaram a uma profunda alteração do papel da mulher, que passou a depender mais economicamente do homem, e o divórcio passou a apenas ser possível mediante o pagamento de uma taxa (Medina Martín, 2016).

No entanto, as mudanças que a Secção das Mulheres procurou realizar, ou mesmo que conseguiu desenvolver, não ficaram isentas de indignação ou contestação. As mulheres Saharauis defenderam o ensino de dinâmicas de género não opressoras (como a costura e a cozinha como principais papéis das mulheres na sociedade e no lar); por exemplo, foi sugerida a disponibilização de aulas de literatura (Allan, 2016). A pressão para mudar o ensino levou a Secção a avançar para o reforço da educação das mulheres. À medida que a pressão dos colonizadores aumentava, crescia também a necessidade de resistir aos esforços para oprimir e alterar a cultura. As mulheres participaram em todas as formas de resistência contra a opressão masculina e a Colonização (Allan, 2016). Em 1973, foi criado o movimento de libertação, a Frente Polisário, e, no seu seio, a Ala Feminina (atualmente Unión Nacional de Mujeres Saharauis, UNMS), seguida do Exército de Libertação Popular Saharaui (ELPS). Com a Ala Feminina, as mulheres tornaram-se parte integrante das forças armadas, dos dispositivos de informação e dos ramos da saúde (Lippert, 1992; Strzelecka, 2023; Zunes & Mundy, 2010). As mulheres organizaram protestos e reuniões e estiveram na linha da frente da contestação ao Colonialismo Espanhol nas décadas de 1960 e 1970 (Juliano, 1998; Sebastián, 2021).

Depois de Marrocos se ter tornado independente de França em 1956, o país começou a interessar-se pelas regiões circundantes, incluindo o Sahara Ocidental (López Tessore & Maiolino, 2022). Em 1974, perante a grande pressão das Nações Unidas, Espanha anunciou a sua intenção de realizar um referendo sobre a autodeterminação do povo do Sahara Ocidental – ou de ser anexado por Marrocos ou pela Mauritânia (López Tessore & Maiolino, 2022; Lovatt & Mundy, 2021). Paralelamente, Embarca Mahamud, Arbía Mohamed Nas e Fatima Taleb – que trabalhavam na altura para a Secção das Mulheres – começaram a reforçar as suas críticas à organização e à sua negligência em relação aos interesses das mulheres (Allan, 2016). Isto levou a que se estabelecesse uma ponte entre a contestação ao Patriarcado e ao Colonialismo e, conseqüentemente, a exigência do direito de voto das mulheres no referido Referendo (Allan, 2016). Como dois sistemas de opressão diferentes, mas interligados, o Patriarcado e o Colonialismo foram vistos

⁴ Lugones (2008, 2011, 2012) desenvolveu o conceito de “colonialismo de género” em várias obras, incluindo: Lugones, M. (2008). Colonialidad y género. *Tabula rasa*, (9), 73-102. Lugones, M. (2011). Hacia un feminismo descolonial. *La Manzana de la Discordia*, 6(2), 105-119. Lugones, M. (2012). Subjetividad esclava, colonialidad de género, marginalidad y opresiones múltiples. In P. Montes (Ed.), *Pensando los feminismos en Bolivia* (pp. 129-140). Conexión Fondo de Emancipación.



como duas questões a combater para a libertação do povo, e das mulheres em particular. Assim, para libertar as mulheres Saharauis, a independência do Sahara Ocidental foi considerada fundamental, carecia de correlação com a independência da ordem Patriarcal estabelecida. No entanto, Marrocos considerou que o Referendo da Independência não deveria ter lugar, por considerar que o território do Sahara Ocidental pertencia historicamente ao Reino de Marrocos. Neste sentido, o país solicitou uma audiência ao Tribunal Internacional de Justiça (TIJ) (Lippert, 1992; Zunes & Mundy, 2010). Em 1975, foi estabelecida uma Missão das Nações Unidas para analisar este processo. O TIJ entendeu que não existiam laços entre Marrocos e a Mauritânia com o território do Sahara Ocidental, enquanto as reivindicações de independência pareciam fortes (“Advisory Opinion on the Western Sahara”, 1975).

Ocupação marroquina e a Guerra do Sahara Ocidental

A 6 de novembro de 1975, Marrocos e a Mauritânia invadiram o Sahara Ocidental com a Marcha Verde, onde 300.000 cidadãos e 20.000 soldados invadiram a região (Lovatt & Mundy, 2021; Zunes & Mundy, 2010). Uma semana depois, no dia 14, Espanha, Marrocos e Mauritânia assinaram os Acordos de Madrid, nos quais ficou estabelecido que Espanha passava a soberania sobre o Sahara Ocidental a Marrocos e à Mauritânia (López Tessore & Maiolino, 2022; Lovatt & Mundy, 2021; Strzelecka, 2023) – reconhecendo assim a invasão. A Frente Polisário opôs-se a estes acordos, apoiada pela Argélia, e as Nações Unidas não reconheceram esta transferência de poder (Lovatt & Mundy, 2021). Nem Marrocos nem a Mauritânia recuaram, o que levou ao início da guerra do Sahara Ocidental e à fuga para o exílio na Argélia de cerca de 40% da população Saharai, onde foram criados campos de refugiados (Lovatt & Mundy, 2021). A 27 de fevereiro de 1976, foi proclamada a República Árabe Saharai Democrática (RASD), que se tornou o governo dos Saharauis no exílio, nos campos da Argélia (López Tessore & Maiolino, 2022; Lovatt & Mundy, 2021; Medina Martín, 2016; Strzelecka, 2023). No dia seguinte, 28, as forças espanholas retiraram-se do território ocupado. A guerra com Marrocos prolongou-se até 1991, mas a Mauritânia foi derrotada em 1979 (Lovatt & Mundy, 2021).

Entre 1981 e 1987, Marrocos construiu um muro de 2.700 km, o *muro da vergonha*, rodeado por cerca de 10 milhões de minas antipessoais, que divide as regiões ocupada (a oeste) e libertada (a este) do Sahara Ocidental (Estrada & Costa, 2017; Lee, 2015; Lovatt & Mudy, 2021; Medina Martín, 2016) (ver figura 1). A zona libertada foi bombardeada com napalm e fósforo branco, e na região ocupada os Saharauis são torturados e sofrem desaparecimentos forçados (Medina Martín, 2016).

Enquanto os Saharauis da zona ocupada resistiam à opressão do Reino de Marrocos, nos campos de refugiados a sobrevivência quotidiana estava em perigo. Com os homens na linha da frente da batalha, as mulheres encarregaram-se de garantir que o seu povo sobrevivesse para ver o dia seguinte: construam as *jaimas* (tendas) que se tornariam as casas das pessoas que viviam na *hammada* argelina e organizavam os campos de refugiados para garantir a sobrevivência, a educação e a saúde das pessoas (Medina Martín, 2016). Estes campos são autoadministrados pela Frente Polisário e pela RASD, mas dependem da ajuda alimentar e humanitária internacional (Strzelecka, 2023).



Figura 1. Mapa do Sahara Ocidental⁵



Fonte: BBC News. <https://www.bbc.com/news/world-africa-14115273>

De acordo com Juliano (1998), as mulheres Saharauis recorreram a três estratégias para garantir a sua posição na sociedade. A *invisibilidade* era uma forma de criticar os sistemas de opressão, procurando influenciar posições e perspectivas, através de um ponto de vista invisível, que permitisse a sua influência na sociedade. A *autoafirmação* permitiu às mulheres combater abertamente as várias formas de opressão, depois de terem obtido algum controlo para o fazer. A *maternidade* parte de um ponto de vista em que as mulheres entendem a maternidade como uma forma de resistência ativa contra a ocupação e a opressão do seu povo. No entanto, as prioridades de sobrevivência enfrentadas nos campos de refugiados fecharam o espaço para as mulheres debaterem a sua posição como um coletivo e, assim, a sua emancipação dentro da sociedade Patriarcal Saharaui (Medina Martín, 2016).

30 anos de cessar-fogo

A quietude da guerra levou a um acordo de cessar-fogo entre o Reino de Marrocos e a Frente Polisário em 1991 (Zunes & Mundy, 2010). A partir desta altura, a influência das mulheres na sociedade a nível político diminuiu, uma vez que os homens regressaram da frente de batalha para os campos de refugiados, reocupando os espaços que tinham sido da responsabilidade das mulheres desde 1975 (Medina Martín, 2016). As Nações Unidas estabeleceram uma missão denominada Misión de Naciones Unidas para el Referendo en el Sáhara Occidental (MINURSO) que procurou monitorizar o cessar-fogo, reduzir a força militar marroquina na região ocupada, bem como identificar e registar os eleitores (Medina Martín, 2016). No entanto, esta é a única missão da ONU que não

⁵ A Oeste (amarelo), a zona controlada por Marrocos. A Este (laranja), o território controlado pela Frente Polisário. O tracejado simboliza o muro contruído a separar as duas zonas, e o ponto verde indica a zona de passagem na fronteira, em Guerguerat.



supervisiona uma cláusula de observação e denúncia de violações de direitos humanos desde 1978 (Lee, 2015; Medina Martín, 2016; Perez-Martin, 2014). Realizaram-se duas tentativas de referendo – em 1992 e 1997 – mas estas foram encerradas depois de terem sido levantadas questões de elegibilidade dos eleitores (Zunes & Mundy, 2010). As esperanças de realizar um referendo diminuíram com o passar dos anos e, em 2019, a Frente Polisário, apoiada pelo povo, começou a perceber a retomada da guerra como a única solução possível para a independência do Sahara Ocidental. Em novembro de 2020, o acordo de cessar-fogo foi quebrado por Marrocos, que violou o cessar-fogo em Guerguerat, na zona libertada (Lovatt & Mundy, 2021).

Violação de Direitos Humanos no Sahara Ocidental Ocupado

A ocupação do Sahara Ocidental pelas forças marroquinas é altamente repressiva e opressiva. Em 1976, cerca de 500 mulheres juntaram-se num protesto contra as violações dos direitos humanos levadas a cabo por Marrocos no Sahara Ocidental ocupado: a repressão, a tortura e os desaparecimentos forçados foram o foco deste encontro. Este acontecimento colocou as mulheres na linha da frente dos esforços de resistência (Medina Martín, 2016).

Em 2022, o hegoa⁶ publicou um relatório sobre as violações dos direitos humanos das mulheres Saharais no Sahara Ocidental ocupado. O relatório detalha várias formas de violação da liberdade e da segurança pessoal, como a violação do direito à vida, uma vez que os Saharais sofrem frequentemente de desaparecimentos forçados, são torturados física e psicologicamente e assassinados. O relatório dá conta das várias formas de privação dos direitos culturais dos Saharais, como a proibição das casas tradicionais (*jaimas*) e nomes Saharais, vestuário e língua (Hassanyia). No que respeita aos direitos sociais, os Saharais estão sujeitos à recusa de cuidados médicos (e são frequentemente ameaçados pelas forças marroquinas nos hospitais). As crianças são vítimas de assédio na escola e podem ser seguidas até casa. Além disso, não existem universidades no Sahara Ocidental ocupado, o que obriga os Saharais que pretendem frequentar o ensino superior a deslocarem-se para Marrocos (Azkue, et al., 2022).

As mulheres e as raparigas contam frequentemente que foram vítimas de violência sexual por parte das forças marroquinas. Descrevem toques, agressões verbais, violações ou ameaças de violação, violações coletivas e violações com objetos, torturas durante a gravidez, abortos forçados, ser obrigadas a ouvir violências sexuais contra outra pessoa, escravatura sexual, descargas elétricas nos seios e/ou nos órgãos genitais, mutilações sexuais e esterilizações forçadas (Azkue, et al., 2022).

No que se refere aos direitos económicos, Marrocos procura ativamente excluir os Saharais da participação na sociedade através de políticas económicas e laborais. A maioria das mulheres Saharais no Sahara Ocidental ocupado não tem rendimentos ou tem um rendimento extremamente baixo, o que enfraquece as suas possibilidades de adquirir bens de primeira necessidade, como alimentos e provisões, deixando-as com cada vez menos autonomia. Os Saharais, na sua maioria mulheres, são discriminados na força de trabalho, sendo vítimas de assédio no trabalho, congelamento de salários,

⁶ Instituto de Estudos sobre o Desenvolvimento e Cooperação Internacional da Universidade do País Basco.



aumento da precariedade no trabalho e recusa de autorizações de trabalho. Os ativistas que participam em atividades de defesa dos direitos do povo Saharaui são economicamente postos como alvo, sofrendo represálias (Azkue, et al., 2022).

A Resistência das mulheres Saharais nos campos de refugiados e na diáspora Espanhola

As percepções das mulheres Saharais nos campos de refugiados e na diáspora espanhola sobre a opressão de gênero, as prioridades específicas de gênero e as formas de luta contra a opressão são divergentes (Fernandes, 2023; Medina Martín, 2016). Um aspeto que reúne maior concordância entre estes dois grupos é o papel histórico das mulheres Saharais na sociedade, o que pode ser evidenciado em todos os aspetos da resistência, particularmente da Marcha Verde em diante. Nesta época, as mulheres surgiram como líderes do povo em êxodo e se estabeleceu no exílio, na *hammada* argelina. Assim, a sociedade rapidamente reconhece as mulheres como as responsáveis pela sobrevivência do povo Saharaui, resultante do seu papel na construção e organização dos campos de refugiados, nomeadamente nas fases iniciais, uma vez que estabelecer rapidamente as bases da vida nesta região era a maior prioridade, como evidenciam as seguintes citações (Fernandes, 2023):

"Apesar de todo o sofrimento desde o momento em que as mulheres Saharais foram obrigadas a fugir das suas terras e chegaram aos campos de refugiados, elas procuraram força para construir os campos, para poderem construir as escolas, construir os centros e fornecer saúde e educação ao resto da população. Elas obtiveram força do nada para poderem construir uma sociedade inteira e continuar a lutar e manter a luta até aos dias de hoje" (Amani)⁷.

"Mesmo desde o início da nossa luta, depois de a população ter fugido para os campos de refugiados, podemos dizer que este foi o ponto em que as mulheres Saharais tiveram o início da sua presença significativa dentro da sociedade, porque foram elas que basicamente construíram os campos de refugiados. As mulheres assumiram o comando da construção dos campos de refugiados. (...) Basicamente, pode dizer-se que a gestão e administração interna dos campos estava nas mãos das mulheres Saharais" (Qadira).

Portanto, apesar da compreensão académica do papel das mulheres Saharais na sociedade desde as eras nómadas Beduínas, a Marcha Verde apresenta-se como um ponto de mudança no papel das mulheres, à medida que se tornam líderes comunitárias e políticas, responsáveis pela sobrevivência do povo, da sua cultura e da sua resistência – e isto não parece ser contestado a qualquer nível. A opressão levada a cabo por Marrocos tornou necessária e intensificou os debates sobre a opressão, as questões femininas e a emancipação, à medida que as mulheres Saharais se mobilizavam na resistência. Com os homens nas linhas da frente da batalha, as mulheres ocuparam a

⁷ Os nomes utilizados nestas citações passaram por um processo de anonimização e pseudonimização para garantir a proteção das entrevistadas.



arena política, algo que de outra forma não teria sido possível, uma vez que estes espaços foram meramente cedidos, e não obtidos. No entanto, isto abriu caminho para que as mulheres assumissem um estatuto sem precedentes, ao serem reconhecidas como a “espinha dorsal da luta” (Malika).

Ao longo da secção seguinte, serão apresentadas as perceções de nove mulheres entrevistadas. Nos campos de refugiados foram entrevistadas cinco mulheres (quatro do campo de Bojador e uma de Smara). Estas mulheres tinham entre 30 e 61 anos à data das entrevistas. Trabalham em diversas áreas, desde os setores da saúde e da educação até ao comércio e cargos políticos. Quatro destas mulheres foram entrevistadas com a ajuda de uma tradutora de Hassanyia para inglês. Na diáspora espanhola, as mulheres entrevistadas tinham entre 23 e 36 anos. A mais nova era estudante, enquanto outras trabalhavam nos setores da saúde ou da educação. Todas podem ser consideradas ativistas.

Os campos de refugiados

As próprias mulheres Saharais articulam o seu papel central nos campos de refugiados e na diáspora, enfatizando a sua liderança na educação, administração e organização comunitária. Os seus relatos, juntamente com as perceções de académicos e da sociedade civil, destacam as formas como moldam e sustentam a resistência coletiva. Delgado & Franco (2024) apresentam quatro formas de resistência das mulheres nos campos de refugiados. Em primeiro lugar, papéis profissionais educacionais, uma vez que as mulheres Saharais participam ativamente na educação e na liderança comunitária, o que as coloca num papel central. Em segundo lugar, a resistência cultural e simbólica, considerando o seu papel vital na transmissão da história, da língua e das tradições do povo – em geral, da cultura do povo Saharai. Terceiro, a advocacia internacional, considerando o seu papel na sensibilização para a luta pela autodeterminação a nível global. E em quarto lugar, atos diários de desafio, considerando a forma como as mulheres Saharais resistem à eliminação do seu povo e da sua cultura, através da manutenção da coesão comunitária.

No entanto, não existe consenso sobre a emancipação da mulher na sociedade Saharai. Enquanto uns percecionam esta sociedade como feminista e até matriarcal (Lovatt & Mundy, 2021; Zunes & Mundy, 2010), outros criticam este entendimento (Medina Martín, 2016), afirmando que esta perceção é distorcida. Particularmente nos campos de refugiados, existe alguma disputa entre as prioridades – ou aquilo que alguns acreditam que deveriam ser as prioridades – das pessoas em relação a várias formas de resistência e opressão (Fernandes, 2023). A luta Saharai nos campos de refugiados entende como prioridade máxima a revolução rumo à independência e à libertação (Ormazabal & López Belloso, 2011). Isto faz com que questões como a luta emancipatória feminista sejam colocadas em segundo plano, sob justificações relacionadas com os recursos e a divisão da unidade do povo (Juliano, 1998; Strzelecka, 2023). Isto significa que, nos campos de refugiados, a necessidade quotidiana é concentrar-se na obtenção e distribuição de bens e medicamentos, enquanto o foco na saúde e na educação das pessoas é a questão central. Os direitos das mulheres e a emancipação são considerados problemas secundários, que não podem ser destacados e abordados agora – apenas quando a



independência for alcançada. Isto está de acordo com diferentes movimentos de libertação nacional, que tendem a priorizar a causa nacionalista, negligenciando outras questões, como a emancipação das mulheres (Strzelecka, 2023).

A cultura Saharai está inerentemente ligada ao Islamismo, e as interpretações da lei Islâmica dentro da sociedade Saharai são moldadas por dinâmicas históricas, sociais e políticas. Investigadores como Juliano (1998) defendem que certos costumes Islâmicos – como a proibição do álcool – podem contribuir para reduzir a violência de género. No entanto, esta investigação não tem como objetivo avaliar as tradições jurídicas islâmicas ou aplicar-lhes perspetivas externas. Em vez de adotar pressupostos generalizados sobre a Lei Sharia como inerentemente benéfica ou prejudicial para as mulheres, é crucial centrar as perspetivas das mulheres Saharais sobre as suas vidas, interpretações da justiça e o seu papel na definição de normas de género na sua comunidade. Um fator entendido por Juliano como garante de alguma igualdade de género é o não confinamento das mulheres Saharais nas suas casas, tal como acontece noutros países islâmicos. No entanto, outras perspetivas, como a de Piniella (2018), sublinham que, apesar de não confinar as mulheres ao lar, a sociedade Saharai as confina à esfera privada. Além disso, Juliano (1998) considera que o dote não é entendido como a compra de uma mulher, mas sim como uma forma de compensar a família quando esta sai de casa. Em concordância com a visão de Piniella – mas em dissonância de perspetiva –, Juliano (1998) defende como aspeto positivo do estatuto da mulher na sociedade que a mulher permaneça no lar a cuidar dos filhos, enquanto os homens são responsáveis pelo aspeto económico do lar, através dos seus trabalhos. Este debate pode ser refletido na seguinte citação:

"[A igualdade de género] podia ser melhorada, claro que podia, mas como em todos os aspetos e em todos os países, a igualdade está a progredir em todo o lado e, obviamente, ainda mais num campo de refugiados. Mas hoje podemos dizer que sim. Pode ser melhorada, pode-se sempre melhorar o que já se tem, mas sim, temos igualdade" (Karyme).

O estatuto da mulher na sociedade Saharai sofreu uma alteração em 1975, com a Marcha Verde. Fugindo para a segurança na Argélia, as mulheres estiveram na vanguarda das responsabilidades de sobrevivência do seu povo – nomeadamente dos idosos e das crianças – quando estabeleceram os campos (Fernandes, 2023; Medina Martín, 2016; Strzelecka, 2023). Seis dos campos de refugiados estabelecidos desde então – El Aaiún, Auserd, Bojador, Smara e Dajla – foram construídos por mulheres (Medina Martín, 2016), Rabuni é a capital administrativa. Até ao acordo de cessar-fogo assinado em 1991, as mulheres eram as líderes dos campos e dos seus povos, enquanto os homens estavam na linha da frente da batalha (Medina Martín, 2016), uma vez que as mulheres representavam cerca de 80% da população dos acampamentos (Caratini, 2006). Com o foco na saúde e educação do povo, muitas mulheres formaram-se em diversas áreas em universidades de Cuba, Espanha e Argélia (Lippert, 1992). A par do estabelecimento do programa *Vacaciones en Paz*, bem como do apoio internacional (principalmente prestado pela Argélia, Venezuela e Cuba), as gerações mais jovens interagiram com culturas distintas, aprenderam novas línguas e formaram novas opiniões e interpretações da vida nos campos. Isto trouxe novas discussões e ensinamentos aos campos de refugiados,



principalmente para garantir a sobrevivência das pessoas, das suas origens e da sua cultura (Fernandes, 2023). A educação das raparigas e das mulheres levou ao aumento da idade média do primeiro casamento de 17/18 para 24/25 anos (Juliano, 1998). A deficiência nos serviços de saúde nos campos, principalmente nos primeiros anos, levou ao aumento das taxas de mortalidade feminina, ligada à gravidez e à maternidade (Juliano, 1998; Zunes & Mundy, 2010).

Nos campos de refugiados, as mulheres estavam presentes em todos os aspetos da resistência e da sobrevivência do povo: em cargos administrativos, na política, na economia e em funções militares (tanto em combate como em cargos relacionados) (Medina Martín, 2016; Strzelecka, 2023). Até 1991, cerca de 90% dos membros do corpo da RASD eram mulheres (Zunes & Mundy, 2010). No entanto, a urgência de estabelecer e organizar os campos durante os primeiros anos da guerra não permitiu que as mulheres pensassem coletivamente sobre a sua posição enquanto mulheres e formassem uma posição política (Barona, 2016).

A introdução de um sistema monetário nos campos de refugiados levou a uma mudança negativa no papel das mulheres: a prostituição aumentou; o trabalho, por si só, perdeu o seu valor; e à medida que o Capitalismo forçou uma mudança nas prioridades e necessidades das pessoas, a esfera privada tornou-se hermética para proteger os bens da família (Caratini, 2006; Juliano, 1998). O cessar-fogo levou à substituição das mulheres por homens no plano político e a uma mudança nos dias quotidianos das mulheres e nos seus interesses: o dote regressou e a cobertura de corpo passou a ser obrigatória a partir dos 11 anos, por exemplo (Medina Martín, 2016; Zunes & Mundy, 2010). Além disso, durante os primeiros anos nos campos de refugiados, as mulheres concentraram-se na construção de jardins de infância e de serviços de assistência à infância. Entretanto, quando os homens regressaram da guerra em 1991, o número de serviços prestados diminuiu profundamente. Isto levou as mulheres a assumirem a responsabilidade pelos cuidados privados a crianças e idosos, o que levou ao abandono de carreiras e aspirações educacionais (Strzelecka, 2023). Assim, o estatuto, os interesses e as prioridades das mulheres foram prejudicados pelo regresso dos homens. Isto é particularmente interessante tendo em conta as perceções das mulheres relativamente a uma abordagem de género às questões abordadas ao nível da liderança, sejam elas políticas ou não (Fernandes, 2023):

"Quando se compara posições onde estão homens e posições onde estão mulheres, é totalmente diferente. (...) Definitivamente, as mulheres provaram que são mais bem-sucedidas na gestão. (...) São também mais protetoras dos recursos, (...) são também mais inclusivas em relação às pessoas com quem trabalham" (Malika).

Não obstante, o papel das mulheres nos campos de refugiados e no movimento de resistência é central, e isto não é verdade apenas em relação à economia e à política. No plano cultural, as mulheres têm sido responsáveis pela sobrevivência da língua Hassanyia, bem como dos costumes e tradições Saharauis, desde o Colonialismo Espanhol (Juliano, 1998).



A diáspora Espanhola

A resistência das mulheres Saharais na diáspora espanhola concretiza-se, principalmente, na educação de pessoas que não estão em contacto com a luta, no ativismo, esforço diplomático e na educação (Fernandes, 2023). Aqui, as mulheres devem equilibrar as expectativas da comunidade de acolhimento e da comunidade doméstica; as duas culturas diferentes apresentam entendimentos diferentes sobre qual deve ser o papel e o comportamento da mulher (Sebastián, 2021).

As mulheres Saharais na diáspora espanhola apresentam um entendimento dissonante do estatuto das mulheres nos campos de refugiados em relação às que vivem nos campos (Fernandes, 2023). Ao contrário dos campos de refugiados, onde as mulheres tendem a entender a sociedade como defensora dos direitos das mulheres – ainda que carente de maiores desenvolvimentos –, na diáspora espanhola estas questões são objeto de um discurso diferente. Neste caso, as mulheres entendem que, embora a sociedade Saharai possa ser percebida como matriarcal, esta perceção não está necessariamente alinhada com os padrões feministas, particularmente em relação à violência psicológica e emocional contra as mulheres. Tal violência impede a sua emancipação e o pleno exercício de autonomia (Fernandes, 2023). Embora as mulheres Saharais em Espanha sejam mais propensas a discutir questões diretamente relacionadas com as mulheres, as mulheres nos campos tendem a falar mais abertamente sobre lutas a nível nacional. Notavelmente, gravidezes precoces e disparidades de género na educação são assuntos amplamente discutidos na diáspora (Fillol, 2021).

A divergência de perspetivas entre as mulheres dos campos de refugiados e as da diáspora espanhola pode ser encontrada em muitos aspetos. Nos campos de refugiados, o aspeto mais importante a considerar é a resistência, juntamente com questões que afetam a sociedade como um todo – e não aquelas que têm como alvo principal as mulheres. Assim, as mulheres percecionam a educação e a saúde como questões primordiais na necessidade de foco e desenvolvimento (Fernandes, 2023; Medina Martín, 2016). Isto coloca questões específicas das mulheres em segundo plano. Por isso, as mulheres nos campos de refugiados consideram que só quando a independência for alcançada é que haverá espaço e disponibilidade para discutir, abordar e combater a desigualdade de género ou mesmo a opressão das mulheres (Fernandes, 2023):

"Diria que as necessidades e exigências das mulheres serão mais cobertas e cuidadas quando tivermos a nossa independência. Porque agora o foco está principalmente na luta no regresso à nossa terra, e depois as outras questões ou necessidades são colocadas em segundo plano. Não são a prioridade, digamos. Mas eu diria que quando obtivermos a nossa independência e o controlo sobre os nossos recursos naturais, as questões que afetam as mulheres serão mais tidas em conta e serão tratadas de forma adequada."
(Amani).

A persistência da ocupação e a não conclusão do referendo acordado em 1991 podem também ter levado a uma mudança no ímpeto revolucionário das gerações mais jovens, que se tornam menos interessadas em acreditar que uma solução atual para a ocupação (isto é, a independência) possa ocorrer em breve (Fernandes, 2023). Em contraste, as



mulheres Saharais na diáspora espanhola mencionam diversas questões que precisam de ser desenvolvidas. Aqui, não só a invasão e ocupação de colonos marroquinos no território do Sahara Ocidental é apresentada como um foco de resistência popular – o que, por si só, é limitativo de uma vida totalmente independente no estrangeiro –, como outros aspetos são também trazidos à luz. O Patriarcado é aqui fortemente criticado, uma vez que as mulheres discutem a subjugação sociopolítica e económica das mulheres aos homens sob a cultura Saharai, opressora dos seus direitos, estatuto e autonomia (Fernandes, 2023). Além disso, discute-se na diáspora que o quadro jurídico e político não dá conta de uma garantia social efetiva dos direitos das mulheres. Isto é principalmente comprometido pelas normas e expectativas sociais impostas às mulheres pela sociedade e pelas suas próprias famílias, uma vez que a opinião social – ou o olhar social – controla e oprime a autonomia das mulheres. Isto poderia levar as mulheres a serem rejeitadas ou excluídas das suas famílias:

"Nós em Hassanyia, (...) temos uma palavra... é o olhar social. (...) No momento em que se sai dessa linha do que é esperado de nós, somos rejeitados, tanto nós como a nossa família. Portanto, acho que é muito... isto, isto é, limita as mulheres especialmente, mais do que qualquer outra coisa por causa do peso que carregam" (Nura).

Ao contrário do que se acredita nos campos de refugiados, as mulheres da diáspora espanhola consideram que a luta pela emancipação de género e a luta pela independência do Sahara Ocidental e do seu povo devem andar de mãos dadas, em simultâneo. Entendem que se assim não for, a luta feminista acabará por ser esquecida, comparando a luta feminista Saharai com outras onde esse descaso aconteceu (Fernandes, 2023):

"Muitos, muitos Saharais, tanto mulheres como homens, dizem que a luta feminista é uma luta à qual devemos retomar assim que alcançarmos a independência como país. Mas sabes qual é o problema? É que isto foi dito a todas as mulheres em todos os conflitos ao longo da história. Disseram-nos sempre que a nossa luta tem de esperar, que não somos a prioridade. E o que a história nos tem mostrado é que um país no qual as mulheres não são livres não é um país que pode progredir ou que irá progredir, social, económica ou culturalmente. Portanto, o filme criado é que temos de esperar até nos tornarmos independentes enquanto povo para lutar pelo feminismo. A história mostrou que isso é falso, que não se pode fazer assim, porque esse objetivo nunca é atingido. Por isso, as duas lutas têm de andar de mãos dadas: a luta pela liberdade do povo Saharai e a luta pela liberdade das mulheres Saharais. As duas lutas podem andar de mãos dadas, e devem andar de mãos dadas para avançar e alcançar algo" (Nashwa).

Em concordância, Strzelecka (2023) destaca a tendência dos movimentos de libertação nacional para priorizar a causa nacionalista, negligenciando outros assuntos, como a emancipação das mulheres. Isto leva, por um lado, à falta de desenvolvimento de uma consciência ou ideologia feminista e, portanto, à manutenção do sistema de opressão Patriarcal – como acontece com a Palestina.



Na diáspora espanhola, outro aspeto vem ao de cima. Durante as entrevistas, uma das mulheres manifestou preocupações sobre a perceção internacional dos direitos das mulheres na sociedade Saharai. Ela sugeriu que a noção de sociedade como matriarcal poderia ser construída como propaganda política, em vez de uma realidade objetiva. Isto significaria que, em vez de combater de forma ativa e eficaz a opressão das mulheres, a compreensão da sociedade Saharai como emancipada para as mulheres a nível internacional é utilizada para obter solidariedade estrangeira para a luta: *"Mas também não deixa de ser propaganda política quando dizemos que a Polisário e a sociedade Saharai são as que mais representam as mulheres, porque isso não é verdade"* (Nashwa).

Em suma, este capítulo explora as perspetivas divergentes das mulheres Saharais nos campos de refugiados e na diáspora espanhola, moldadas pelas distintas condições políticas, sociais e materiais de cada contexto. Enquanto as mulheres nos campos de refugiados enfrentam desafios diários de sobrevivência – incluindo o escasso acesso a água, alimentos, medicamentos e bens –, elas têm moldado ativamente a resistência política e as estruturas comunitárias. Em contraste, na diáspora espanhola, a exposição a diferentes estruturas sociais abre caminho para o envolvimento com perspetivas feministas alternativas, incluindo as moldadas pelas normas Ocidentais.

A presença de estruturas feministas ocidentais na diáspora pode criar atrito e diálogo com as próprias articulações feministas das mulheres Saharais – moldadas pelas tradições políticas islâmicas e indígenas. As tradições feministas ocidentais e brancas posicionaram frequentemente os feminismos islâmico e muçulmano como inerentemente carentes de reforma, impondo limites de emancipação que não estão necessariamente alinhados com as prioridades das mulheres Saharais. Em vez de enquadrar estas perspetivas como polos opostos, as mulheres Saharais na diáspora têm a oportunidade de navegar posições complexas que desafiam estas perspetivas binárias.

Discussão

Este artigo destaca os vários entendimentos e pontos de vista das mulheres Saharais, alinhando a academia com a luta Saharai pela libertação e a luta das mulheres pela emancipação. O atual Colonialismo marroquino e a repressão no Sahara Ocidental ocupado não só constituem uma forma de violência direta, como também tentam suprimir discussões autónomas sobre o feminismo e os papéis de género. Apesar destas restrições, as mulheres Saharais continuam a moldar e a definir as suas próprias estruturas feministas, resistindo tanto à dominação Colonial como às imposições externas. Uma conversa feminista decolonial deve centrar-se nas perspetivas articuladas pelas mulheres Saharais, que resistem tanto à ocupação violenta como à imposição de paradigmas feministas hegemónicos.

As questões acima abordadas não significam obrigatoriamente que as mulheres Saharais discordem entre si, mas também não concordam necessariamente quanto às prioridades. As mulheres Saharais entrevistadas reconhecem que estas diferentes perspetivas existem e aceitam de onde vêm. Esta divergência de perspetivas pode ser entendida por uma diversidade de fatores. O mais relevante, a meu ver, surge da cultura e dos significados sociais específicos de cada região. Enquanto nos campos de refugiados



a vida diária das mulheres se centra na sobrevivência quotidiana e na luta nacional pela independência de um Sahara Ocidental livre, não têm havido muitas oportunidades para discutir as questões das mulheres a partir de um ponto de vista coletivo; na diáspora espanhola, as mulheres são influenciadas por um país com diferentes padrões de normas de género, onde as suas prioridades diárias são a educação e o trabalho, ao mesmo tempo que defendem a independência do seu país de origem. No entanto, isto também pode resultar das interpretações da emancipação das mulheres e da igualdade de género por si só, uma vez que as mulheres nos campos de refugiados parecem compreender a sociedade como algo interessada em abordar as questões das mulheres, ao mesmo tempo que contempla uma certa inexistência de opressão de género. Por outro lado, as mulheres na diáspora parecem discordar desta perceção, o que pode explicar uma maior abertura para abordar estas questões – uma vez que as consideram mais urgentes e inadiáveis.

Contudo, é fundamental discutir o papel desempenhado pela globalização nas diferenças entre a cultura do povo Saharai que vive nos campos de refugiados e as pessoas que vivem na diáspora espanhola, e como isso afeta a autonomia, a opressão e a emancipação das mulheres. Aqui, é relevante compreender que, mesmo vivendo numa parte do mundo, uma pessoa pode ainda ser influenciada pelos padrões de outra, o que torna mais difícil equilibrar as diferentes culturas e expectativas em jogo. Por um lado, a globalização leva as mulheres que vivem em Espanha a necessitarem de encontrar mecanismos para se protegerem dos danos da cultura de acolhimento e da cultura de origem, uma vez que o que é esperado numa pode ser fortemente criticado na outra. Isto significa que se tornam responsáveis pelas suas escolhas no país anfitrião perante as suas famílias e amigos em casa, muitas vezes quase imediatamente, graças às redes sociais. Por outro lado, a sociedade Saharai nos campos pode ter tido de se tornar mais fechada para se proteger dos padrões e imposições ocidentalizadas, levando a um aprofundamento de normas opressivas sobre as mulheres, em nome da sua proteção e da cultura. Assim, a sociedade Saharai nos campos pode ter sentido a necessidade de recorrer às mesmas normas que orgulhosamente rejeita, como forma de garantir a proteção da cultura Saharai (liberdade versus segurança).

Desta forma, é fundamental compreender a importância de garantir um diálogo entre a sociedade dos campos de refugiados e aquela que vive na diáspora. Ao debater as diferentes abordagens e perspetivas de cada sociedade, poderá haver hipóteses de desenvolver ainda mais a identidade coletiva das mulheres e, assim, uma resistência unificada das mulheres contra a ordem patriarcal que as oprime. Isto pode ser feito enquanto se resiste ativamente à opressão das forças colonizadoras. Como este artigo discutiu, as duas lutas podem e devem trabalhar em conjunto para garantir a liberdade e a emancipação de todas as pessoas de diferentes formas de opressão – Colonialismo e Patriarcado.

A emancipação das mulheres Saharais deve advir tanto da libertação do passado colonial como das visões ocidentalizadas – patriarcais e de feminismo branco; bem como da libertação da opressão patriarcal e religiosa da sua sociedade. As mulheres Saharais devem lutar ativamente contra todas as formas de opressão que enfrentam, seja aquela que procura escondê-las ou aquela que procura explorá-las.



Conclusão

Este artigo tem como objetivo explorar as diferentes perspectivas sobre a emancipação das mulheres e os direitos das mulheres Saharais nos campos e na diáspora espanhola. Através de uma análise histórica, examinei o impacto do Colonialismo nos papéis das mulheres, tendo reparado como já a sociedade nómada Saharaui valorizava as opiniões políticas das mulheres. O Colonialismo Espanhol, sobretudo depois de 1964, institucionalizou o colonialismo de género, tentando remodelar as dinâmicas de género. Ao longo de décadas de ocupação espanhola e marroquina, as mulheres Saharais estiveram na vanguarda da luta de libertação, nomeadamente nos territórios ocupados, onde resistiram à repressão, à violência e às violações dos direitos humanos. Este artigo explorou também as diferentes visões das mulheres entrevistadas sobre as prioridades e a emancipação da sua sociedade. Enquanto as mulheres nos campos se concentravam na sobrevivência, educação e libertação dos poderes Coloniais, as mulheres na diáspora espanhola enfatizavam questões específicas de género para a libertação das mulheres Saharais.

O papel fundamental das mulheres Saharais na sustentação do seu povo nos campos de refugiados argelinos é amplamente reconhecido tanto na sociedade Saharaui como na literatura existente. No entanto, existe uma grande falta de discussão sobre o papel das mulheres durante a resistência contra o Colonialismo Espanhol até 1975, bem como sobre o seu papel nas forças armadas. As narrativas tradicionais confinam frequentemente as mulheres a papéis passivos, apesar das evidências claras da sua presença nas linhas da frente da batalha. Isto leva à invisibilização de inúmeras mulheres que se levantaram e lutaram com os seus pares por um Sahara Ocidental livre.

Assim, as próprias mulheres Saharais devem poder expressar as suas preocupações e pontos de vista; e as perspectivas das mulheres sobre os seus papéis na luta não devem ser ditadas apenas pelas instituições formais, mas devem emergir de diversas experiências vividas. Um diálogo feminista mais amplo e inclusivo – que faça a ponte entre as experiências das mulheres nos campos de refugiados e as da diáspora espanhola – pode fortalecer a identidade coletiva e reforçar a autonomia das mulheres na sociedade Saharaui. Este intercâmbio promove uma compreensão mais profunda dos direitos e da emancipação das mulheres num contexto Patriarcal e Colonizado, garantindo que nenhum contributo é negligenciado.

Referências

- Advisory Opinion on the Western Sahara. (1975). In *International Court of Justice*. Retrieved February 23, 2023, from <https://www.icj-cij.org/sites/default/files/case-related/61/061-19751016-ADV-01-00-EN.pdf>
- Allan, J. C. (2016). *Doves of Fire: Women, Gender and Resistance in Western Sahara and Equatorial Guinea* (Doctoral dissertation, University of Leeds).
- Azkue, I.M., Orellana, G.G., Garay, T.M., Djimi, E. G., Baali, M., Boutanguiza, S., Leili, S., & Dah, N. (2022). *Let Everything Come to Light: Human Rights Violations of Women in Occupied Western Sahara (1975-2021)* (1st ed.). hegoa.



- Barona, N.P. (2016). Mujeres saharauis: Agentes constructoras de paz. In R. M. Martín (Ed.), *Mujeres saharauis: Tres tuizas para la memoria de la resistencia* (pp. 109–124). Aconcague Libros.
- Caratini, S. (2006). La prisión del tiempo: los cambios sociales en los campamentos de refugiados saharauis. *Cuadernos Bakeaz*, 77. <https://biblioteca.hegoa.ehu.eus/registros/15918>
- Delgado, V. T., & Franco, M. T. B. (2024). Programa de prácticas en el Sáhara, una oportunidad para aprehender resistencias femeninas. *Revista española de desarrollo y cooperación*, 51(2), 213-222.
- Estrada, R. D., & Costa, R. (Directors). (2017). *Um Fio de Esperança: Independência ou Guerra no Saara Ocidental*. Nomos. <https://www.youtube.com/watch?v=KY1bfcG3Js&t=3582s>
- Fernandes, C. A. (2023). Sahrawi Women's Resistance in the Refugee Camps and in the Spanish Diaspora [MA dissertation, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa]. https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/29970/1/master_carolina_anjos_fernandes.pdf
- Fillol, J. (2021, February 28). *Entrevista a Násara: feminista saharai* [Video]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=A3wnBYZ8QfM>
- Juliano, D. (1998). *La causa saharai y las mujeres: "siempre hemos sido muy libres"* (Vol. 16). Icaria Editorial.
- Lee, I. (Director). (2015). *Life is Waiting: Referendum and Resistance in Western Sahara*. Cultures of Resistance Films. <https://www.youtube.com/watch?v=9QzRzm4uFfU&t=1628s>
- Lippert, A. (1992). Sahrawi Women in the Liberation Struggle of the Sahrawi People. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, 17(3), 636–651. <https://doi.org/10.1086/494752>
- López Tessore, V. L., & Maiolino, E. M. (2022). El rol de las mujeres en los procesos de resistencia de los pueblos Kurdos y Saharauis.
- Lovatt, H., & Mundy, J. (2021). Free to choose: A new plan for peace in Western Sahara. *European Council on Foreign Relations*. <https://ecfr.eu/publication/free-to-choose-a-new-plan-for-peace-in-western-sahara/#from-referendum-on-independence-to-mutually-agreed-political-solution>
- Medina Martín, R. (2016). *Mujeres Saharauis: Experiencias de Resistencias y Agencias en un devenir feminista descolonial* [PhD thesis]. Universidade Pablo de Olavide.
- Mujeres jóvenes saharauis en la diáspora y su lucha por la libertad de su pueblo. (2022). In *Coordinadora Estatal De Asociaciones Solidarias Con El Sahara*. <https://ceas-sahara.es/mujeres-jovenes-saharauis-diaspora/>
- Ormazabal, A. C., & López Belloso, M. (2011). Feminismo y cooperación descentralizada: experiencia de la Unión Nacional de Mujeres Saharauis y la Red Vasca de Apoyo a la UNMS. In M. Larrañaga & Y. Jubeto (Eds.), *La cooperación y el desarrollo humano local: Retos desde la equidad de género y la participación social*. hegoa.



Perez-Martin, F. (2014). International Encounters: Art and Human Rights in Western Sahara and the Sahrawi Refugee Camps. *Canadian Review of Art Education*, 223–242. <https://web.p.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?vid=0&sid=780f8b65-982c-4ea9-b54f-a651a57f252e%40redis>

Piniella, E. A. (2018). Claroscuros del orden social patriarcal en la República Árabe Saharaui Democrática: las mujeres saharauis en el refugio argelino.

Sadiqi, F. (2008). Facing Challenges and Pioneering Feminist and Gender Studies: Women in Post-colonial and Today's Maghrib. *African and Asian Studies*, 7(4), 447–470. <https://doi.org/10.1163/156921008x359614>

Sebastián, A. A. (2021). *Voices of Sahrawi Women in the Diaspora: Building Bridges and Tearing Down Walls to Reach Every Corner of the Globe*. [MA thesis]. Aalborg University.

Strzelecka, E. (2023). Gender, Nationalism and Revolution in Western Sahara: Women's Participation in the Polisario State-Movement. *Revista de Estudios Internacionales Mediterráneos*, (35), 116-138.

Suarez, D. (2016). The Western Sahara and the Search for the Roots of Sahrawi National Identity.

Tirado, E. B. (2024). Ambivalencia e islam en la construcción institucional de la provincia del Sahara español. *Historia y Política*.

Vergès, F., & Bohrer, A. J. (2019). *A decolonial feminism* (Vol. 13). London: Pluto Press.

Zunes, S., & Mundy, J. (2010). *Western Sahara: War, Nationalism, and Conflict Irresolution* (1st ed.). Syracuse University Press.